

# PAISAGEM E RELAÇÕES INTER-RACIAIS NO RIO DE JANEIRO COLONIAL

## Figuração e diástase social na Pequena África a partir da produção de Jean Baptiste Debret durante a Missão Artística Francesa

LANDSCAPE AND INTERRACIAL RELATIONS IN COLONIAL RIO DE JANEIRO

*Figuration and social diastasis in a Little Africa from the production of Jean Baptiste Debret during the French Artistic Mission, in the 19th century*

Alessandra de Sant'Anna<sup>1</sup> e Carolina Mara Teixeira<sup>2</sup>

### Resumo

O trabalho buscou compreender a construção social do território conhecido como Pequena África, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, durante o período colonial. Adotou como metodologia a revisão da literatura no âmbito das ciências sociais e ciências sociais aplicadas e, ainda, o estudo de imagens produzidas por Jean Baptiste Debret durante a Missão Artística Francesa, no século XIX. Verifica-se uma diástase social que transcende o simbólico se ganha forma e materialidade na paisagem, na dinâmica do território e nas ações do Estado sobre corpos negros. A sociologia figuracional, neste território, incorporou a raça como um elemento distinção, permeando a sociabilidade dos indivíduos e criando padrões que permanecem presentes, até os dias atuais. Palavras-chave: relações inter-raciais, cidade colonial, segregação, Pequena África, sociologia figuracional.

### Abstract

*The work sought to understand the social construction of the territory known as Pequena Africa, in the city of Rio de Janeiro, Brazil, during the colonial period. The methodology adopted was the literature review in the field of social sciences and applied social sciences, as well as the study of the images produced by Jean Baptiste Debret during the French Artistic Mission, in the 19th century. There is a social diastasis that transcends the symbolic, taking shape and materiality in the landscape, in the dynamics of the territory and in the actions of the State on black bodies. Figurational sociology, in this territory, incorporated race as an element of distinction, permeating the sociability of individuals and creating patterns that remain present to this day.*

*Keywords: inter-racial relations, colonial city, segregation, Pequena África, figurational sociology.*

<sup>1</sup> Graduada em Serviço Social (ESS/UFRJ), gerente de projetos para o desenvolvimento (ESALQ/USP e PMD Pro), mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/ILAESE/UNILA) com ênfase em estratégias de desenvolvimento na América Latina, doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Pesquisadora dos grupos CNPq Espaço e Poder (IPPUR/UFRJ), TIPPA – Territórios Interioranos, Paisagens e Povos da América Latina (CAU/UNILA) e do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/IPPUR/UFRJ).

<sup>2</sup> Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), especialista em relações étnico-raciais e educação pelo CEFET/RJ, mestra em desenvolvimento territorial e políticas públicas (PPGDT/UFRJ), doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR. Pesquisadora do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN/IPPUR/UFRJ).

### Introdução

Este artigo se dedica a compreender a relação entre os mecanismos de distinção em razão da raça e o processo de produção social do espaço, no território da Pequena África, no Rio de Janeiro, no período colonial. Aimé Césaire (1978) compreende a colonização (que comporta o elemento racial e as desigualdades dele derivadas) como um gesto decisivo e extremado de acúmulo de poder (político, econômico, social) dos países do Norte sobre os países do Sul. Inaugura-se assim, um processo de expropriação e despossessão intensa nos novos territórios expressas por meio de dimensões materiais e simbólicas que, reiteradamente, vem se perpetuando até os dias de hoje.

A produção de civilidade, a partir do pensamento elisiano, parte de uma rede de interdependências onde se estabelece o controle e disciplinamento dos corpos e costumes em uma dinâmica entre controle social e autocontrole. O processo civilizador se dá em uma conjuntura de formação dos Estados Territoriais onde se engendra tanto a monopolização dos meios de produção quanto uma organização social classista e, nela, se considera tanto a posição do indivíduo na estrutura social quanto sua função. É o que Diana Taylor (2010) denomina como performances, as quais atuam nos atos de transferência vitais portadores de conhecimento, memória e um sentido de identidade social.

O modelo pensado para a sociedade europeia toma como referência as interações entre emoções, comportamento, conhecimento e poder, considera tantos elementos de controle interno (no campo da dinâmica psíquica dos sujeitos) quanto externa (no campo do tecido social). Na compreensão de Gonçalves (2013), o comportamento civilizado é estruturante para as sociedades modernas, sendo regulado por uma estrutura psíquica e administrativa. Adiciona, ainda, que o pensamento de Norbert Elias apresenta uma teoria, que não é evolucionista ou progressista dado que ela trata da criação de uma sociedade dinâmica em um âmbito de processos sociais de longa duração.

O que se denomina como figuração, segundo Elias e Dunning (1992), não tem relação exclusiva com as práticas individuais porque está articulado ao conjunto de ações, na esfera da pluralidade de pessoas interdependentes. Com isso é possível formar uma estrutura de interdependências em alto volume de interações que estruturam as sociedades emergentes e que se relacionam com diferentes dimensões. Nesse sentido, Elias (1993) apresenta a figuração como uma rede de indivíduos vinculados uns aos outros em diferentes escalas, portanto, a estrutura global e a sócio dinâmica das interações. Nela, a psicogênese trata dos mecanismos de interferência (alteração) na personalidade de cada indivíduo e está inscrita na conduta e nos simbolismos de cada um. A sociogênese se refere às mudanças na estrutura social decorrente da interação entre os indivíduos em suas relações, trata das interdependências e da evolução.

Essa dinâmica de interdependências se desenvolve em todo o ciclo de vida do indivíduo agindo sobre seu sentimento por meio da introdução de mecanismos de distinção como vergonha, embaraço e repugnância os quais passam a balizar a ação dos indivíduos. Como efeitos têm-se relações de força, eixos de tensão, sistemas de classe, estratificação, redes e, ainda, leis e governos. Assim, depreende-se que o controle sobre os territórios é, também, o controle sobre suas populações.

No caso dos territórios colonizados, esse controle ocorre por meio do uso de um conjunto de aparatos internos e externos que em nível de discurso busca converter indivíduos selvagens em indivíduos colonizados e que se ampara na raça como um novo marcador

de distinção. O complexo de dependência psicológica assinalado por Césaire (1978) é descrito por Fanon (2008, p. 90) como o “correlato nativo da superiorização europeia”. Significa que os limites de pensar e agir nesses territórios tem como fim último, garantir a moralidade e os padrões eurocentristas que se converte como modelo ideal, o qual deve ser seguido e cujas formas devem regular as subjetividades das culturas inferiores e isso se expressa também, na produção das cidades, nas suas formas, nos fluxos e na circulação das pessoas nestes espaços.

A paisagem do Rio de Janeiro, no Brasil, sofre um aporte intensivo modernizações desde o período colonial e, no final do século XVIII, a zona portuária da cidade apresentava um dos principais portos do Comércio no Atlântico, era também entrada do comércio ilegal de negros vindos do continente africano em situação de escravizados para explorarem as minas e servirem aos homens brancos em suas posses locais. Da costa angolana ao mercado do Valongo, buscava-se incorporar os negros da Costa da Mina ao mercado carioca. Em razão disto, ocorre o que se denomina como diáspora africana, um fenômeno sociocultural e histórico ocorrido em África com a migração forçada dos homens e mulheres e as rupturas bruscas das culturas e tradições de diferentes povos.

O conceito de performance presente em Taylor (2010) pode ser assinalado com epistemologia. Por isso, a lógica colonial estabelece uma performatização para o território da Pequena África, na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, compreende os bairros Saúde, Gamboa e Santo Cristo e foi o ponto de concentração dos escravos que chegavam à cidade e, também, um de seus pontos de retorno quando alforriados. É um território considerado como berço das tradições, costumes e culturas afro-brasileiras.

Uma vez que os estudos exploratórios indicaram que a questão racial é um elemento importante para compreender o processo de formação das sociedades coloniais e que isso se expressa na produção social do espaço, o que inclui a sua paisagem, a questão que se coloca é a forma como se dá essa dinâmica, sendo necessário observar um território específico. Por esse motivo, adotou-se como pergunta orientadora “como o componente racial interferiu no processo de construção social do território da Pequena África, no Rio de Janeiro, no período colonial?”. A partir disso, propõe discutir a relação entre mecanismos de distinção em razão da raça no processo de produção social do espaço, no território da Pequena África, no Rio de Janeiro, no período colonial. Para tanto, foi necessário posicionar o componente racial como um marcador de distinção nos territórios colonizados e se constituiu um ciclo de leituras exploratórias.

A partir da contribuição de Elias, foram selecionados quatro eixos analíticos: relações de poder; ações de sociabilidade e coesão grupal; construção da autoimagem; e tensões e conflitos. Da mesma forma que a sociologia figuracional, de Norbert Elias, foi um marco para compreender como se constrói a moralidade nos territórios colonizados, também aportou a enunciação do autor sobre o papel das artes (ELIAS, 1995) na construção de um simbólico que reafirmava o poder europeu nas sociedades coloniais. Como recurso imagético para esta reflexão, recorreu-se à produção de Jean Baptiste Debret, por sua contribuição para a Missão Artística Francesa que esteve no Brasil, no século XIX.

Na obra, “Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil”, Jean Baptiste Debret (1940), Tomo II, é apresentado como pertencente à burguesia francesa culta, amante da ciência e da arte. Segundo o relato, os homens desta família, deixaram importantes contribuições ao mundo. Era filho de Jacques Debret curioso da história natural e da arte, escrivão do tribunal de Paris que nutria importantes laços com proeminentes naturalistas como Dauberton e Lesage, parente de Desmaysons (arquiteto real), François Boucher e Louis David (pintores). Quando o livro recorre à linhagem de Debret e sua rede

de relações, está acionando mecanismos de distinção (e o posicionando de forma superior aos demais) em termos de sua trajetória familiar e laços de pertencimento junto à aristocracia francesa. Faz pensar, que dentro da sociologia figuracional, de Elias, Debret é um fiel representante da moralidade eurocêntrica.

Debret dedicou-se às artes, ingressando na Escola de Pontes e Calçadas durante o período em que a França foi invadida, se dedicando à engenharia, ou seja, a um dos campos do planejamento urbano e regional, tinha conhecimento sobre território, ordenamento, paisagem e dos interesses das metrópoles sobre as colônias. Tornou-se professor da Escola Politécnica e, como pintor, expôs sua obra. Em razão da morte de seu filho, Debret segue para a missão nos trópicos, embarcando em 16 de janeiro de 1816, com destino ao Rio de Janeiro. Entre os críticos de seu trabalho, está o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro cujos “veneráveis historiadores acharam chocante que se pintassem costumes escravos e cenas da vida popular com tanto realismo” (idem, p. 12). Chama atenção em sua carta aos membros da academia de Belas Artes do Instituto de França a ênfase dada à produção final como um instrumento de dominação do Norte sobre o Sul, diz o autor,

historiador fiel, reuní nesta obra sobre o Brasil, os documentos relativos aos resultados dessa expedição pitoresca, totalmente francesa, cujo progresso acompanhei passo a passo. Vós vos dignareis acolhê-la espero-o como um monumento erguido à vossa glória e à vossa generosidade, a qual, expandindo as belas artes em outro hemisfério, se compraz em í criar rivais (DEBRET, 1940, p. 15).

A Missão Artística Francesa é produto de uma solicitação do governo português e tinha como finalidade fundar um Instituto de Belas Artes no Rio de Janeiro, a Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro. A coleção começa

exatamente na época da regeneração política do Brasil, operada pela presença da Corte de Portugal, que se fixou na capital da Colônia Brasileira, elevando-se à categoria de Reino, inicialmente, e, pouco depois, à de Império independente, essa coleção termina com a Revolução de 1881 (DEBRET, 1940, p. 18).

Foi necessário caracterizar a estrutura de colonialidade em razão da raça no território da Pequena África, na cidade do Rio de Janeiro de modo a compreender o que possibilitaria balizar os pressupostos distintivos da sociedade europeia estabelecida no novo território e as populações negras que passam a ocupar esse mesmo lugar e submetidas à mecanismos de europeização. Isto posto, o estudo de caráter exploratório e descritivo, utilizou-se da revisão da literatura no campo das ciências sociais e ciências sociais aplicadas e do estudo das imagens produzidas por Jean Baptiste Debret durante a Missão Artística Francesa, no território que hoje se denomina como Pequena África, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Os resultados do estudo estão sintetizados neste trabalho que ora se apresenta.

#### **Raça como marcador social de distinção e seus efeitos nos territórios colonizados**

Um primeiro aspecto a considerar, é descrito por Quijano (2010) ao denominar a colonialidade como uma ferramenta importante, constitutiva do poder mundial do capitalismo e sustentada pela classificação racial/étnica, onde o Sul seria a parte definitiva para a mundialização do poder colonial. Por esse motivo, a compreensão do sistema mundo que se inaugurou a partir de 1492, tem como elemento central a relação entre colonial e moderno. A captação de múltiplas dimensões da vida social a criação de

um corpus social capaz de eliminar as formas resistência de insurgência e avança para o ordenamento dos territórios, os espaços de vivência e trânsito das pessoas no lugar, criando uma geocultura da legitimação cuja base é o fortalecimento do eurocentrismo. Dentre as bases apontadas por Quijano (2005) no processo de legitimação europeia, dois elementos chamam a atenção, neste trabalho: a repressão do arcabouço cultural e a subversão da cultura por meio da instalação de um novo imaginário social, que ocorre por meio da captação cognitiva e pela reprodução intersubjetiva, resultado da ação da igreja e da moralidade europeia.

A etno-racialidade, segundo Mignolo (2005), se converte na engrenagem do processo de colonialidade sobre os novos territórios e ditaria os lugares dos povos nativos na economia, cultura, religião, política e na nova sociedade. Haveria, segundo o autor, uma economia da cristandade que resultaria na exploração e silenciamento dos povos africanos. Não por acaso, Césaire (1978) assinala que não se pode precisar o estado de desenvolvimento dos países colonizados fora da europeização e que frente ao avanço desses territórios periféricos, novas formas de colonização são impostas e desta forma, o colonizador retém o avanço do colonizado.

As performances orientadas por valores eurocêntricos se amparam em uma ordem distintiva (em razão de prestígio e/ou poder) onde a mobilidade dos grupos se relaciona com padrões de mobilidade interna dos indivíduos e grupos que não se esgotam no modelo de sociedade que acaba sendo imposta aos territórios colonizados. Esses mecanismos de interação entre id, ego e superego presentes na sociologia figuracional de Norbert Elias (1993; 1994) que parte de uma construção interna e social que se expande para as práticas estatais e econômicas que visam à manutenção de poder. Naturalizada e normalizada como a domesticação de um cavalo ou de um boi, a escravatura/escavidão implica em um confronto material e simbólico que (re) (re) produz nas diversas dinâmicas de poder.

Este estudo, ao relacionar-se com o território da Pequena África retoma o que Lao Montes (2019) sinaliza quanto às grandes tarefas dos estudos afrodescendentes, no que diz respeito a conhecer e ensinar a ler o mundo desde uma chave africana. Com isso, no tempo moderno que é também colonial, os corpos não brancos são olhados como atrasados, incivilizados, periféricos. O componente racial como marcador de distinção se amplia para o gênero, a função social e remuneração do trabalho. Isso vai determinar o lugar dos corpos, na relação que se estabelecem entre homens brancos e negros, homens brancos e mulheres negras, homens negros e mulheres brancas, mulheres brancas e mulheres negras, homens e mulheres brancos, homens e mulheres negros, em todo o seu ciclo de vida. Determina também o lugar do mestiço e das estratégias de embranquecimento, há que se compreender que o padrão ideal será do homem branco com traços europeus, quanto mais próximo deste horizonte o indivíduo se aproximar, mais aderência (não necessariamente integração) terá ao tecido social.

Lembra-nos Césaire que “quando um homem superior cessa de ser superior... quando uma raça superior deixa de se crer uma raça eleita, deixa efetivamente de ser uma raça eleita” (1978, p.34-37). Isso significa que em toda a dinâmica social serão acionados instrumentos de controle étnico-racial em diferentes escalas (inclusive no cotidiano) possibilitando a manutenção de poder por grupos e segmentos específicos. Mignolo (2017) e Lander (1997) denominam esse ordenamento como intersubjetividade amparada no binômio etnocentrismo colonial-classificação racial universal.

Esses monopólios sociais, segundo Mariutti (2020) permitem a criação de circuitos sociais fechados orientados por uma hierarquia de gostos, nela toda e qualquer ameaça se converte em objeto de crítica e ridicularização. Em casos mais extremos, de violência sobre os corpos e para isso se cria a imagem de um “inimigo”, neste caso,

os corpos negros e atribui-se um conjunto de simbolismos que levam a aceitação de punições intensas sobre os seus atos e modos de existência. Para Césaire,

havia uma extrema verdade neste primeiro movimento dos europeus que se recusaram, no século de Colombo, a reconhecer seus semelhantes homens degradados que povoavam o novo mundo... era impossível fixar um instante o olhar no selvagem sem ler o anátema escrito, não digo somente na sua alma, mas até na forma exterior de seu corpo (1978, p. 33).

Como exigência do processo histórico e dessa noção de movimento de produção processual de interdependências acionam-se mecanismos de controle social, material e intersubjetivo como um meio de regulação e limitação de igualdade social entre os indivíduos. Essas relações encontram no trabalho, a máxima intensificação do controle e manutenção de poder. O trabalho, nas relações que se estabelecem nos novos territórios requer a presença de corpos dóceis para expropriar. Expropriados, segundo Césaire, por leis e normas enquanto “elementos culturais preparados por regiões extratropicais que asseguram e assegurarão o progresso das regiões tropicais para uma população mais numerosa e uma civilização superior” (1978, p. 43).

O despojamento dos povos, as singularidades de suas identidades históricas e racializadas seria, segundo Quijano (2005), produto do evolucionismo e dualismo que caracterizam as novas identidades culturais coloniais negativas, como é o caso de das populações e territórios negros. A raça emerge como um mecanismo natural de classificação e marcador de diferenças culturais entre os grupos; e há uma distorção das diferenças e estabelecimento de um marco temporal que transfere todas as formas não europeias como pretéritas. Ou, como destaca Osório (2013), o preconceito racial de origem se torna negativo aos que descendem do grupo discriminado.

Sendo o colonialismo, na perspectiva de Fanon (2008), produto de aventureiros e políticos que se consideravam acima da massa, tomando-se como os representantes mais qualificados do que se pretende ser uma civilização, a produção da cidade e das sociedades coloniais expressam padrões de dominação bastante específicos. A afirmação de uma identidade local se expressa por meio da preservação do estilo de vida e das histórias (re) produzidas e, do modo como o indivíduo interpreta a dinâmica social e esse simbólico constitutivo das representações coletivas.

A imaginária urbana se apresenta, então, como um reforço da identidade estabelecido por meio dos laços de sociabilidades com o grupo/família/comunidade em um espaço específico, o território. Segundo Knauss (1988), ela se condensa na paisagem que é, ao mesmo tempo, artística e histórica, materializada em equipamentos e móveis. Denota mecanismos de distinção social que tendem a estabelecer o conjunto de representações (inclusive as simbólicas) em marcos histórico e social específicos. Neste sentido, personalidades, eventos, temas e valores predominantes estão expressos nas formas, fachadas, cores, materiais e ritos do lugar. É o que Rodrigues (2015) compreende como estrutura de significação do território da cidade, inserida em uma dinâmica sociedade-espaco-tempo, o qual revela seus conteúdos históricos, sua forma de apropriação do território e seu lugar na dinâmica entre os grupos.

Os elementos e imagens, para Knauss (1988, p. 222), despertam a construção de imaginários coletivos e individuais bem como a identidade étnica social de um grupo ou da comunidade, “como metáforas de poder, as imagens urbanas se tornam instrumentos do poder simbólico, sacralizando e legitimando a ordem social vigente e as estruturas de poder da sociedade”. Com isso, converte a cidade em um lócus de poder simbólico, o qual, segundo Bourdieu (2010) somente pode ser exercido com a

cumplicidade entre aqueles que exercem e os que estão sujeitos a este poder invisível que estabelece um ordenamento do conhecimento humano em sua relação com o mundo social (nível imediato) que possibilita a concordância entre diferentes tipos de inteligência, que seria o que Durkheim denomina como conformismo lógico.

É o reconhecimento do poder, pelos agentes, quem orienta seus modos de agir, operar e executar uma ação segundo padrões pré-estabelecidos. Segundo Fanon (2008, p. 90), “a inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia” responsável pela criação do inferiorizado. O território colonizado é um território dominado que privilegia a construção de sistemas de dominância pautados nos interesses do dominador. É um lugar onde são criados mecanismos de sujeição dos dominados com vistas a legitimar-se como padrão ideal via produção de subjetividades no interior das culturas, consideradas inferiores.

Arte, religião e língua são algumas das estruturas estruturantes (BOURDIEU, 2010) que orientam a conduta dos indivíduos. Os sistemas simbólicos emergem como estruturas estruturadas que se convertem em instrumentos de dominação que se configuram, mais tarde, em sistemas ideológicos legítimos, onde as formas sociais são socialmente determinadas e ao mesmo tempo arbitrarias porque estão restritas a um grupo particular. O arcabouço interpretativo das sociedades, o uso e distribuição dos territórios (bairros urbanos versus bairros marginalizados) e dos símbolos/simbolismos que produz sobre esses espaços e suas populações é influenciado por essa sociologia figuracional.

A composição dos bairros, a marginalidade urbana, a divisão racial da sociedade e a ação do Estado nos territórios colonizados tem sua origem nas sociedades medievais e nos mecanismos de segregação espacial aplicados na Europa entre os séculos XIII e XVI, com a finalidade de remover hábitos e costumes considerados impróprios como a promiscuidade e a miséria (WACQUANT, 2008). Essa segregação, que se constitui em um mecanismo de alienação na própria estrutura do espaço urbano, ocorre em um primeiro momento por meio do escárnio e de medidas discriminatórias e vexatórias, adensam-se com as restrições de caráter econômico e ênfase na construção de redes de solidariedade e ajuda mútua intra grupo. A questão racial, na perspectiva de Rios e Riani (2007) sinaliza como pontos nevrálgico um espaço urbano marcado por diferenças intra urbanas, pelo processo de segregação habitacional neste espaço (em razão da raça) e que se aprofunda quando se toma as condições da habitação, a cobertura dos serviços, a estrutura fundiária, ou seja, o olhar do Estado sobre esses territórios racializados.

Por esse motivo, ao abordar o componente segregação racial em sua análise sobre o território urbano Telles (2003) a compreende como um estopim das desigualdades raciais e habitacionais. As anomias e distopias das cidades como são o caso de manifestações de violência, por exemplo, podem ser compreendidas à luz de suas formas específicas, é o que nos ensina Wacquant (2001), ao indicar a centralidade das dimensões históricas, de classe, de Estado e hierárquicas de cada sociedade/território. Neste sentido, haveria uma componente de colonialidade no processo de construção do espaço e da ordem social que ele engendra. Existe, segundo Fanon (2008) um caráter patológico dos conflitos e a presença de um complexo de inferioridade, que se constitui como um ponto de vulnerabilidade, a qual é acionada em situações de insurgência ou tentativa de ruptura. Isso ocorre porque os mecanismos de dominação são os mesmos. Para ele, “todas as formas de exploração se parecem, todas elas procuram amparo em algum decreto bíblico. Todas as formas de dominação se parecem porque todas elas são aplicadas a um mesmo ‘objeto’: o homem” (idem, p. 87). Assim, a mesma cultura que une por intermédio da comunicação é aquela que separa como instrumento de distinção, que legitima a diferença das culturas exatamente pela distância da cultura

em questão em relação à cultura dominante.

### **Paisagem na Pequena África: poder, sociabilidade, autoimagem e tensões sociais no trabalho de Jean Baptiste Debret durante a Missão Artística Francesa**

Em seu relato sobre sua participação na Missão Artística Francesa, Debret se dedica ao contexto histórico, político e religioso do território brasileiro a partir do que denomina como “combinações diplomáticas da Europa”, e que, em seu entendimento, “constitui um quadro interessante, rico de episódios colhidos in loco e cujo encadeamento contribuirá para restabelecer os traços quase apagados dos primeiros passos para a civilização desse povo recém-renegado” (1940, p. 7). O contexto de disputa entre Inglaterra e França, durante a Guerra da Península, e os esforços vãos de Portugal em se manter neutro frente às pressões que sofria, acabaram resultando em uma adesão ao lado francês.

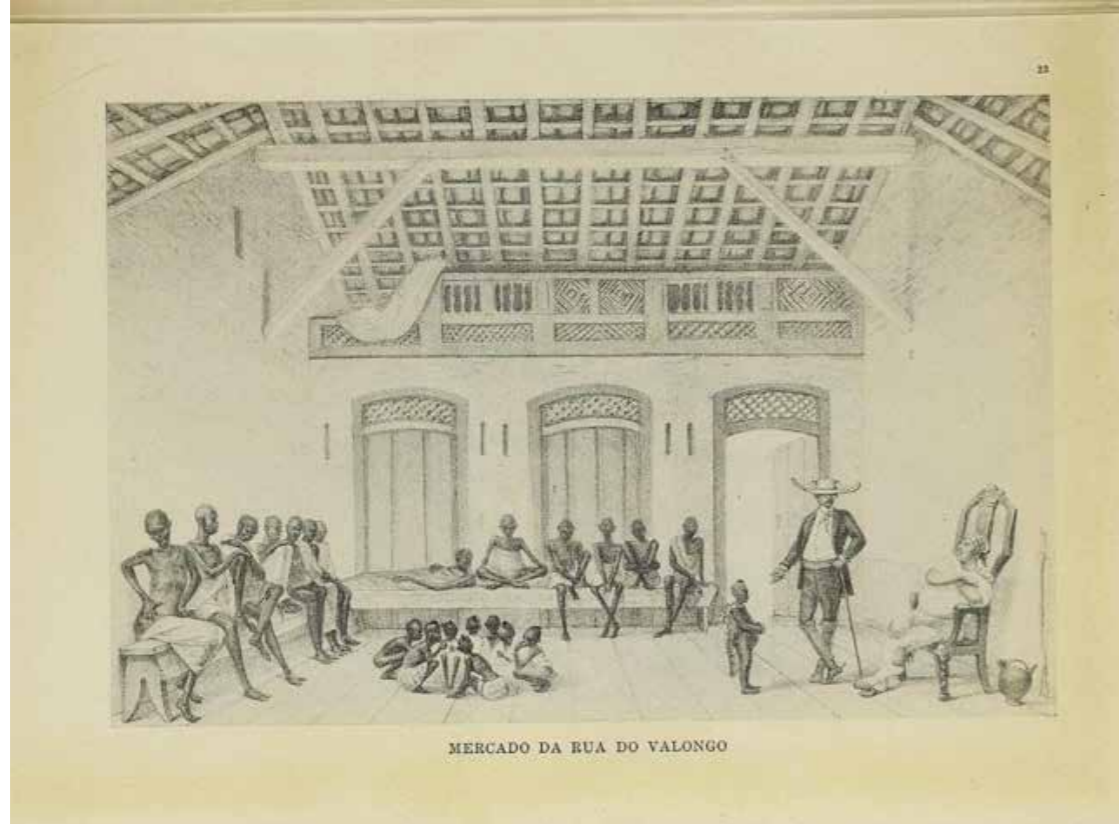
O embaixador francês exigiu seus passaportes e retirou-se; o perigo era eminente: de um lado o exército francês nas fronteiras de Portugal, de outro, a esquadra do Comodoro Sidney Smith bloqueando rigorosamente a foz do Tejo. Lord Stangford, embaixador inglês, deixou ao regente a alternativa de entregar a esquadra à Inglaterra imediatamente no transporte da família de Bragança para o Brasil, a fim de sonega-la à influência do governo francês. Era um momento decisivo para a Monarquia; fazia-se necessário optar entre Portugal invadido e o Brasil intacto (DEBRET, 1940, p. 40).

A cidade do Rio de Janeiro foi retratada como metrópole do Brasil e Debret começa descreve a constituição da sociedade colonial a partir do processo de socialização dos indivíduos e do patriarcado no controle dos corpos femininos. Também, relata o conjunto dos aparatos administrativos, políticos, econômicos e culturais responsáveis pelo controle e manutenção dos grupos destacando a influência francesa, sobretudo após o casamento de D. Pedro I com Amélia de Luchtenberg.

A planta da cidade retrata as formas da metrópole a sua infraestrutura e valoriza a adesão do território ao comércio internacional. Também enfatiza os aspectos relacionados à segurança e à expansão da Igreja ao longo do território, bem como a instalação de um aparato estatal que permitisse a administração e controle do território. Para além da topografia (irregular), os traçados bem marcados em ruas estreitas e o avanço da cidade que se expandia rapidamente. “As construções mais novas cobrem uma grande parte das colinas da Saúde, do Valongo, do Saco do Alferes e continuam tomando a Praia Formosa que beira o mar no interior da barra até a ponte de madeira que conduz, por Mata-Porcos, ao antigo caminho de São Cristóvão” (DEBRET, 1940, p. 90).

As atividades comerciais também são ressaltadas. “Entre os monumentos do Rio de Janeiro, a Alfândega é digna de nota pelas suas belas vastas acomodações. Seu ponto de desembarque apresenta a vantagem de permitir ao mesmo tempo a descarga de três navios, de maneira segura e cômoda” (DEBRET, 1940, p. 90-91). O Cais do Valongo era porta de entrada dos escravos, era o maior porto escravista das Américas. No Mercado do Valongo eram comercializados para as zonas rurais onde empregavam sua força de trabalho na produção que abastecia a metrópole. A relação primária dos negros com o território brasileiro era sua condição de mercadoria.

É na rua Valongo que se encontra, no Rio de Janeiro, o mercado de negros [Imagem 2], verdadeiro entreposto onde são guardados os escravos chegados da África. Às vezes pertencem a diversos



proprietários e são diferenciados pela cor do pedaço de pano ou sarja que os envolve, ou pela forma de um chumaço de cabelo na cabeça inteiramente raspada [...] Nesse mercado, convertido às vezes em salão de baile por licença do patrão, ouvem-se urros ritmados dos negros girando sobre si próprios e batendo o compasso com as mãos; essa espécie de dança é semelhante aos índios do Brasil. Os ciganos traficantes de negros, são verdadeiros negociantes de carne humana, não cedem em nada a seus confrades negociantes de cavalos; por isso deve-se tomar a precaução e levar consigo um cirurgião [da casa, se distingue do cirurgião africano] quando se quer escolher um negro nesses armazéns, afim de fazer passar o escravo pelas provas e exames necessários (DEBRET, 1940, p. 188, inserção nossa).

Em cada bairro da cidade há um cirurgião africano [Imagem 2], cujo gabinete de consulta, de nomeada, se acha instalado, sem cerimônia à porta de uma venda. Consolador generoso da humanidade negra, ele dá suas consultas de graça, mas como os remédios receitados comportam sempre alguma droga, ele fornece os medicamentos mediante pagamento. Vende ainda talismãs curativos sob forma de amuletos. Citarei aqui apenas o pequeno cone misterioso feito de chifre de boi, preciosa jóia de 6 linhas de altura e que se pendura no pescoço para preservar as hemorróides ou das afecções espasmódicas, etc. Mas eu prefiro passar em silêncio outras propriedades do gênero. Quanto à colocação das ventosas, ciência positiva e de aplicação externa, ele a executa em plena rua, perto de casa, ou, mais comumente numa pequena praça por onde não passem carruagens. São entretanto, somente os pobres que recorrem a esses charlatães, pois as pessoas mais abastadas mandam tratar seus negros pelo cirurgião da casa (DEBRET, 1950, p. 268).

Evidencia-se que os hábitos e costumes dos povos africanos (assim como dos indígenas) não são reconhecidos pelos europeus como sabedoria ancestral. O saber e a ciência são tidos como algo exclusivo, o que expressaria uma das formas de colonialidade europeia sobre os povos africanos. A diferenciação entre os espaços



(interior, exterior, interior e doméstico) é outro aspecto que chama a atenção. A doença requer reclusão e, nesse sentido, a rua não seria um espaço onde se pode viabilizar cura e tratamento, mas um lugar de trânsito.

A casa é um espaço privilegiado para manutenção dos valores e controle dos indivíduos (imagem 3). Nestes espaços se criam os mecanismos de controle de personalidade e de hábitos em um nível primário. A sociabilidade colonial é construída em torno do patriarcado, no caso brasileiro, pressupõe uma educação precária das mulheres e restrita aos cuidados com o lar.

Tentei, pois, mostrar a solidão habitual de uma senhora, mãe de família de pequenas posses, no seu lar. Vêmo-la sentada, como de costume, na sua marquesa (espécie de cama de forma etrusca, feita de jacarandá, cujo leito é constituído por um couro de boi bem esticado) que de dia serve de canapé muito fresco, e cômodo num país quente, para ficar longamente sentada de pernas cruzadas, à maneira asiática. Bem perto dela, e ao seu alcance, acha-se o gongá (cêsto) para roupa branca; entreaberto, deixa ver a extremidade do chicote, inteiramente de couro, com o qual os senhores ameaçavam os seus escravos a todo instante. Do mesmo lado, um pequenino macaco preso pela corrente a um dos encostos do móvel serve de inocente distração para a dona da casa; embora seja um escravo privilegiado, com liberdade de movimentos e de trejeitos, não deixa de ser reprimido de quando em quando, com os outros, com ameaças de chicotadas. A criada de quarto, negra, trabalha sentada no chão, aos pés das senhoras; podem observar as prerrogativas dessa primeira escrava pelo comprimento de seus cabelos cardados, formando por assim dizer um cilindro encarapinhado sem adornos aderente à cabeça; o penteado não é de muito gosto e é característico do escravo de uma cada pouco opulenta. A moça da casa, pouco adiantada na leitura, embora já grande, mantém-se na mesma atitude de sua mãe, mas colocada num assento infinitamente menos cômodo, esforça-se por soletrar as primeiras letras do alfabeto traçadas num pedaço de papel. À direita, outra escrava, cujos cabelos cortados muito rente revelam o nível inferior, sentada um pouco além de sua



Imagem 3 - Uma senhora brasileira em seu lar. Fonte: Debret, prancha 6, tomo II.

senhora, ocupa-se igualmente com trabalhos de agulha. Avança do mesmo lado de um moleque, com um enorme copo de água, bebida frequentemente solicitada durante o dia para acalmar a sede que o abuso dos alimentos apimentados ou das compotas açucaradas provoca. Os dois negrinhos, apenas em idade de engatinhar e que gozam, no quarto da dona da casa, dos privilégios do pequeno macaco, experimentam suas formas na esteira da criada. Esta pequena população nascente, fruto da escravidão, torna-se ao crescer, um objeto de especulação lucrativa para o proprietário e é considerada no inventário um móvel. Na época em que desenhei esta cena [Imagem 4], era ela mais ou menos comum na cidade, devo acrescentar com justiça que em 1830, ao contrário, não era raro verem-se as filhas de um simples funcionário distinguir-se pela dança, música e algumas noções de francês, a educação que as fazia brilhar na festa e lhes dava a possibilidade de um casamento mais vantajoso (DEBRET, 1940, p. 128-129, inserção nossa).

O lugar do dono da casa era muito bem marcado na dinâmica da família. O jantar (imagem 4), por exemplo, seguia a dinâmica do dono da casa e evidenciava hábitos e costumes locais como, evitar perturbar o jantar do negociante, era um momento de abandono de etiqueta e o respeito ao repouso que se segue à esta refeição.

No Rio, como em todas as outras cidades do Brasil, é costume durante o “tête-à-tête” de um jantar conjugal, que o marido se ocupe silenciosamente com seus negócios e a mulher se distraia com os negrinhos que substituem seus dooguezinhos, hoje quase completamente desaparecidos na Europa. Esses molecotes mimados até a idade de cinco ou seis anos, são em seguida entregues à tirania dos outros escravos que os domam a chicotadas e os habitam assim a compartilhar com eles as fadigas e dissabores do trabalho. Essas pobres crianças revoltadas por não mais receber das mãos carinhosas de suas donas manjares suculentos e doces, procuram compensar a falta roubando as frutas do jardim ou disputando aos animais domésticos os restos de comida que sua gulodice, repentinamente contrariada leva a saborear com verdadeira sofreguidão (DEBRET,



Imagem 4 - O jantar Fonte: Debret, prancha 7, tomo II.

1940, p. 138).

As zonas rurais abastecem os centros da cidade, como pode ser visto em “Transporte do Café” e em “Negras vendedoras de pó de café torrado” na obra “Fatores castigando negros” (imagem 5) Debret faz algumas considerações importantes para compreender como ocorre o esfacelamento da família nos moldes africanos. Também, ajuda a pensar como se constrói a violência sobre os corpos negros (homens e mulheres) de uma forma pública que serve para a manutenção do poder de seus senhores. Poder sobre os corpos negros (selvagens e incivilizados) e exemplo para conter as insurgências. A violência é praticada frente a ordens de silenciamento, não é permitido expressar a sua dor. Chama atenção algumas palavras usadas por Debret como infeliz, vítima, gritos de misericórdia presentes na descrição sobre o castigo, porque fala de sua percepção sobre o ocorrido e que parece corroborar os enunciados de Fanon e Cesáire.

O infeliz representado no primeiro plano, depois de amarradas as mãos sentou-se sobre os calcanhares, passando as pernas entre os braços de modo a permitir ao feitor que enfiasse uma vara entre os joelhos para servir de entrave; em seguida, facilmente derrubada com um pontapé, a vítima conserva sua posição de imobilidade que permite ao feitor saciar a sua cólera. Ousando apenas articular uns gritos de misericórdia, o escravo só ouve como resposta “cala a boca, negro” (DEBRET, 1940, p. 195).

Neste mesmo relato, Debret conta como se estabelece a fragilidade dos laços familiares e a imposição de múltiplos parceiros entre as mulheres negras no cativeiro.

Como o proprietário de escravos não pode, sem ir de encontro à natureza, impedir aos negros de frequentarem as negras, tem-se por hábito, nas grandes propriedades, reservar uma negra para cada quatro homens; cabe-lhes arranjar-se para compartilharem sossegadamente o fruto dessa concessão, feita tanto para evitar os pretextos de fuga como em vista da procriação destinada a equilibrar os efeitos da mortalidade (DEBRET, 1940, p. 196).



A violência contra o negro também é tratada na obra “Aplicação do castigo do Açoite” onde Debret sinaliza que

Embora seja o Brasil seguramente a parte do mundo onde o escravo é tratado com maior humanidade, a necessidade de manter a disciplina entre uma numerosa população negra levou o legislador português a mencionar no código penal a pena do açoite, aplicável a todo o escravo culpado de falta grave: deserção, roubo, ferimentos recebidos em briga, etc. [...] Por isso, todos os dias, entre 9 e 10 horas da manhã, pode-se ver sair da fila de negros a serem punidos; vão eles presos pelo braço, de dois em dois, e conduzidos sob escolta da polícia até o local designado para o castigo, pois existem em todas as praças mais frequentadas da cidade pelourinhos erguidos com o intuito de exibir os castigados que são em seguida devolvidos à prisão. (DEBRET, 1940, p. 264).

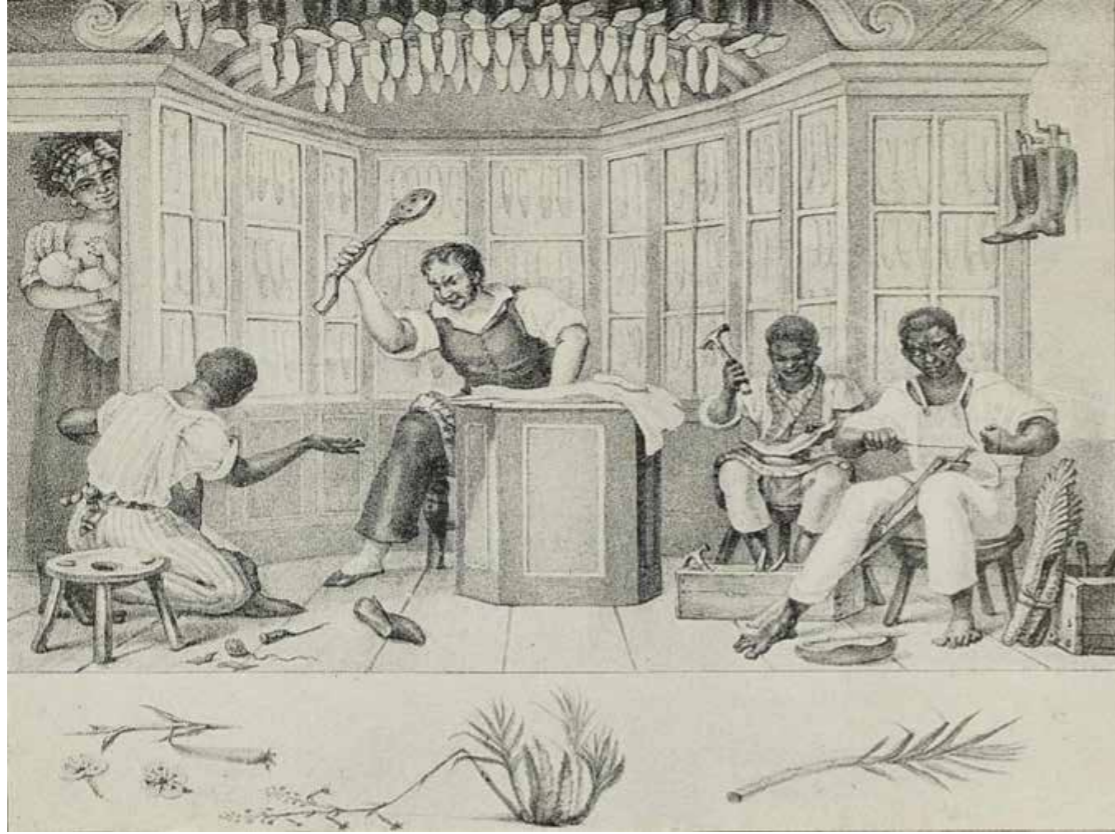
Aos negros fugitivos, era aplicado o colar de ferro como castigo (imagem 6). Os portadores deste adereço deveriam ser recolhidos pela polícia e pernoitarem na cadeia até que seu dono fosse informado e optasse o não por seu envio à prisão dos negros.

Assim, um proprietário que perde o escravo no Rio declara-o imediatamente à polícia, dando o nome, os sinais do fugitivo; a mesma declaração é feita aos diversos capitães do ato o entrega acorrentado ao dono, recebendo a gratificação habitual de quatro mil réis. O colar de ferro tem vários braços em forma de ganchos, não somente no intuito de torna-lo ostensivo, mas ainda para ser agarrado mais facilmente no caso de resistência, pois apoiando-se vigorosamente sobre o gancho a pressão inversa se produz do outro lado do colar levantando com força o maxilar do preso; a dor é horrível e faz cessar qualquer resistência principalmente quando a pressão é renovada com sacudidelas. Alguns senhores mais bondosos, ou no caso de uma jovem negra fugitiva, contentam-se da primeira vez em colocar o colar de ferro, pois, de costume, em semelhantes circunstâncias, aplicam-se previamente cinquenta chicotadas; e o dobro em caso de reincidência. Pode-se aumentar o castigo acrescentando-se uma



corrente de 30 a 40 libras presa a uma argola fixada no tornozelo e outra na cintura. Sendo ainda criança o escravo, o peso da corrente é apenas 5 a 6 libras, fixando-se uma das extremidades no pé e outra a um cepo de madeira que ele carrega à cabeça durante o serviço. Tõdas essas precauções parecem entretanto inúteis, pois a ânsia de fugir é imperiosa entre os negros [...] E, principalmente na rua da Prainha, conhecida pelas suas serralherias, que se encontram certas lojas que fabricam esses instrumentos de punição, correntes, colares de todos os tamanhos, cangas em formas de polegares, botas de ferro e anjinhos com os quais se podem esmagar os polegares e de que se servem os capitães do mato para fazer o negro confessar o nome e o endereço de seu senhor. Como todos os operários são escravos, esses aparelhos de suplicio são forjados eles próprios que não raro já os usam. Assim o escravo tornado carrasco por desobediência ao senhor, mostra-se sem compaixão para com seus semelhantes pois, em última análise, os negros não passam de grandes crianças, cujo espírito é demasiado estreito para pensar no futuro, e demais indolentes para se preocupar com ele. O escravo tem apenas a inteligência do presente; é vaidoso, gosta de se distinguir por um enfeite qualquer; pena, folha. Embora com sentidos de uma agudeza perfeita, não pé capaz dessa reflexão que leva a comparar coisas e a tirar conclusões; um objeto que lhe repugna à vista provoca nêle um arrepio generalizado e não raro uma rizada nervosa e prolongada (DEBRET, 1940, p. 255-256).

Já em 1816 havia um número expressivo de sapatarias (imagem 7) na cidade do Rio de Janeiro, o que empregava um volume grande de pessoas. Debret relata um especial interesse nos confeccionados com seda e se contrapunham à população escrava que caminhava descalça pelas ruas da cidade. Os escravos mais próximos da família/homem branco incorporaram o uso de sapatos como indicativo de distinção e o poder, pois revelavam maiores níveis de civilidade e status social. É possível ver o esforço que a sociedade colonial fazia no sentido de incorporar o seu uso, em espaços públicos em momentos específicos porque existem muitas oportunidades para exposição de sua imagem.



O luxo do calçado é elevado ao máximo sob o céu puro do Brasil, onde as mulheres, geralmente favorecidas por um lindo pé, desenvolvem, para ressaltá-lo toda a faceirice natural aos povos do sul [...] Esse luxo, aliás, não é exclusivo aos senhores; êle obriga a brasileira rica a fazer calçarem-se como ela própria, com sapatos de sêda, as seis ou sete negras que a acompanham na igreja ou no passeio. A mesma despesa tem a dona menos abastada, com suas três ou quatro filhas e suas duas negras. A mulata sustentada por um branco faz questão também de se calçar com sapatos novos, cada vez que sai e o mesmo ocorre com a negra e seus filhos. A mulher do pequeno comerciante priva-se de quási todo o necessário para sair com sapato novo e a jovem negra livre arruína seu amante para satisfazer essa despesa mais renovada. No entanto, essa faceirice só pode brilhar durante o trajeto de casa à igreja pois aí, de joelhos sôbre o tapete estendido no chão, a brasileira esconde escrupulosamente seus saltos com o vestido e só abandona essa posição para ir sentar-se à moda asiática, isto é, com as pernas encolhidas sob o corpo, hábito que se observa nas reuniões particulares das classes inferiores da população, as quais sentam sempre no chão (DEBRET, 1940, p. 205-206).

A escravidão, no Brasil, foi legalizada pelo governo Português que se utilizou das Missões Jesuíticas para criar uma dinâmica de exploração sobre os povos nativos, muito embora de uma forma que para Debret é mais branda na aparência por conta de religião e da humanidade cristã. Em sua obra “mulheres negras vivendo suas atividades” (Imagem 8) Debret descreve essas relações.

Seria injusto não mencionar aqui que é costume no Brasil, entre os ricos e generosos, conceder por testamento e a título de recompensa, liberdade a um certo número de seus escravos de ambos os sexos. Esse ato de caridade é principalmente útil aos negros quando o senhor morre na flor da idade e suas disposições liberais se estendem até a doação de uma importância de dinheiro e a constituição de uma pequena pensão vitalícia. O mesmo acontece com o artífice celibatário mais ou menos abastado que, cheio de escrúpulos no momento da morte, dá religiosamente liberdade à negra favorita que lhe serviu de

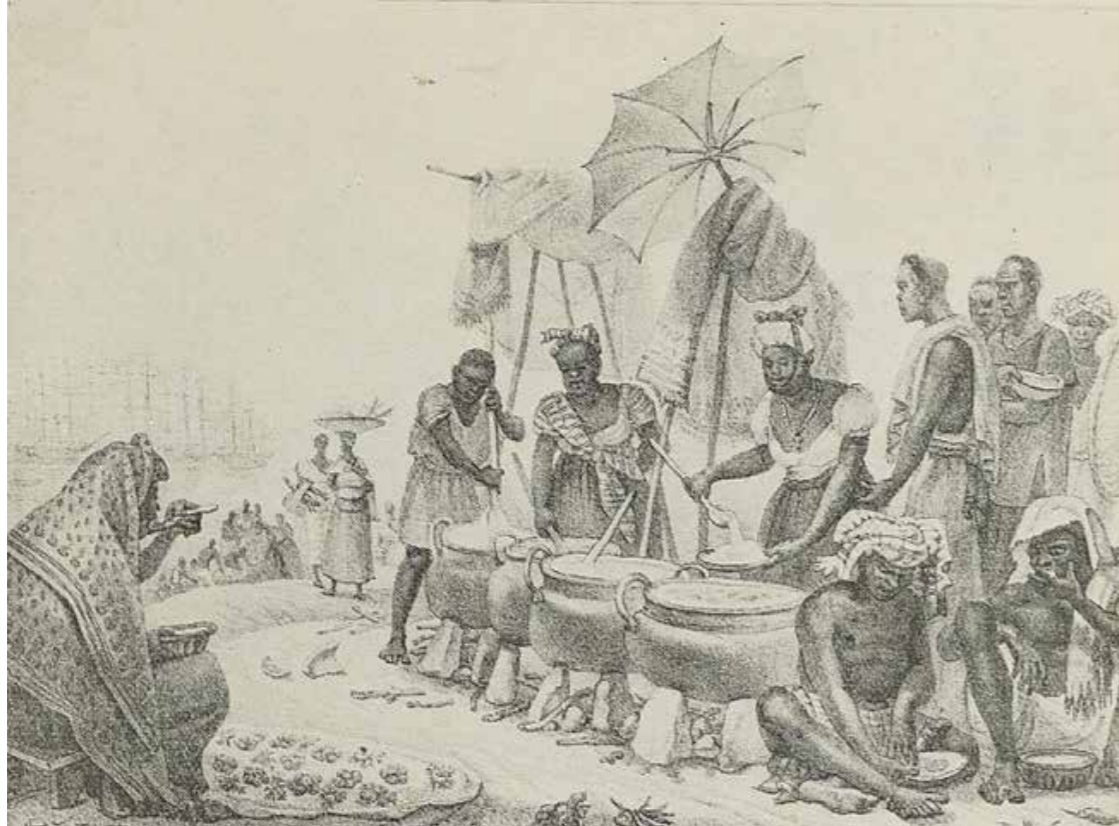


mulher. Observa-se também que na classe das negras livres, as mais bem educadas e inteligentes procuram logo entrar como operárias por ano ou por dia numa loja de modista ou de costureira francesa, título esse que lhes permite conseguir trabalho por conta própria nas casas brasileiras, pois com o seu talento conseguem imitar muito bem as maneiras francesas, trajando-se com rebuscamento e decência. Outras que não dão para trabalhos de agulha dedicam-se ao comércio de legumes e frutas, instalando-se nas praças; as mais ricas e donas de mercadorias chamam-se quitandeiras, situação que exige o auxílio de um mulato ou de um negro livre, operário, para o pagamento do aluguel e das roupas; a atividade da quitandeira deve conseguir o restante e o lucro deve bastar ao abastecimento da mercearia e à aquisição de dois moleques que ela educa no trabalho ou no comércio de rua para com seus salários garantir os recursos da velhice. Em sua maioria, essas negras acabam casando com negros livres operários, com os quais vivem regularmente; muitas outras servem de mulheres a operários brancos, que nunca mais se separam delas. Quanto às que se entregam à libertinagem, morrem cedo vítimas do ciúme brutal de seus amantes (DEBRET, 1940, p. 216).

É das mãos das mulheres e da produção de iguarias, que se evidencia uma nova interlocução. Há uma valorização dos quitutes e comidas, comercializadas na rua que freiras e senhoras compram a comida das escravas libertas e as enviam para fora do país, inclusive. Em “vendedoras de aluá, de limões doces, de cana, de manê e de sonhos” Debret descreve essas iguarias, e também essas mulheres que integram o espaço da rua em suas interlocuções com os senhores.

Essas vendedoras de aluá são notáveis pela elegância ou, ao menos, pela limpeza de seus trajes, naturalmente proporcionais à fortuna dos senhores, sempre interessados em conseguir, assim, alguma vantagem na concorrência momentânea. Dessa preocupação se aproveita duplamente a negra, de natural faceiro e interesseiro, para travar novos conhecimentos lucrativos que ela cultiva durante o resto do ano, mediante visitas furtivas que lhe dão algum dinheiro, a título





de esmola ou de recompensa por pequenos obséquios prestados com condescendência (DEBRET, 1940, p. 217).

Mais adiante, em “negras cozinheiras vendedoras de angú” (imagem 9) se evidencia como o comércio de alimentos cria um circuito na cidade. Até os dias de hoje, a região da Pequena África abriga um polo astronômico onde o Angú do Gomes é uma das referências, a iguaria é servida em uma peça de ferro.

É ainda na classe das negras livres que se encontram as cozinheiras vendedoras de angú. Para o exercício dessa indústria suplementar bastam-lhe duas marmittas de ferro batido colocadas sobre fornos portáteis; um pedaço de pano, de lã ou de algodão, por cima da tampa de cada marmitta, completa o aparelhamento culinário, a que se acrescentam duas grandes colheres de pau de cabo comprido [...] Eis a iguaria, aliás suculenta e gostosa, que figura, não raro, à mesa das brasileiras tradicionais de classe abastada que com ela se regalam embora entre chacotas destinadas a salvar a aparência e o amor próprio [...] As vendedoras de angú são encontradas em praças ou em suas quitandas que também vendem legumes e frutas. A venda começa de manhã, lá pelas 6 horas e vai até as dez, continuando de meio dia às duas, hora em que se reúnem em torno delas os operários escravos que não são alimentadas por seus senhores. Vê-se também o escravo mais ou menos mal vestido de uma família numerosa e pobre levar consigo, numa sopeira, uma porção de 4 vinténs, recoberta por uma folha de couve ou de mamona. Acrescento a êsse prato suculento algumas bananas tem-se no Rio de Janeiro, alimento para cinco ou seis pessoas. Quanto à ceia, já dela falamos quando descrevemos a venda num dia de carnaval. (DEBRET, 1940, p. 228-229).

### A cidade colonial e o território da Pequena África, no Rio de Janeiro

Nos estudos de Lélia Gonzales e Alfredo Hasenbalg (1982), os autores descrevem que a expansão europeia no século XV teve como resultado o contato entre homens

brancos e não brancos onde se inaugura uma nova ordem social, política e econômica que não pode ser comparada ao processo de expansão dos territórios coloniais. Isso ocorre porque o regime de servidão não pode ser aplicado à dinâmica estabelecida nos novos territórios, que passam por um processo de escravidão. Emerge neste contexto um novo modelo estatal e, nele, os processos de assimilação decorrem da prática cultural, mas, também, das dinâmicas de poder nos novos territórios, as quais se materializam na própria configuração do aparato estatal. Negros e indígenas, logo serão inseridos em um sistema de dominação e forçados ao trabalho escravo colonial, sendo submetidos a uma ordenança racial e ao racismo que também chega junto. Ao mesmo tempo, relatam que no século XVIII, a partir de um ideário de igualdade e liberdade, mas que exclui os indivíduos não brancos da ordem burguesa em razão do predomínio dos homens brancos os demais que seriam sub homens (negros).

Sob essa linha de pensamento, o racismo científico ou Darwinismo social, aparece enfatizando o ideário branco como sinônimo de civilização/civilidade, como um comum dominante. Neste sentido, a razão da modernidade/colonialismo trás, em si, a distinção do corpo que sempre estará ideologicamente vinculado a uma dinâmica racista que submete um povo a expropriação das mais intensas formas. Na compreensão de Walter Mignolo (2005), a escravidão foi uma relação conhecida no Mediterrâneo desde 1571, quando quinze mil escravos foram transportados de seu lugar de origem, a África. Esse desenraizamento foi um primeiro ciclo de violência dos vários outros que se sucedem, já em outras terras.

Na cultura do racismo, pautada no binômio modernidade/colonialidade e orientada pela moralidade europeia, a sociedade buscava preservar o seu monopólio de poder e proteger as normas e códigos de conduta, construídos de modo a garantir sua superioridade. Essa relação de pertencimento (ou de exclusão) era feita por meio marcadores de diferença (estigma, fofoca, anomia) que estabelecia uma ordem interna entre os grupos e orientavam as relações entre “eu/nós” e “eles/outros”. Criam tanto mecanismos de coesão cultural quanto de desonra a partir do que seria um imaginário coletivo ideal (na perspectiva eurocêntrica moderna).

Com a revolta dos Malês, em Salvador, em 1835, aumenta o fluxo de escravos para o território do Rio de Janeiro (MOURA, 1995). Enquanto origem da instalação da cidade do Rio de Janeiro, inicialmente na região costeira, Oliveira e Chevitarese (2011) descrevem a paisagem natural (elevações, morros isolados, vegetação densa e brejeira) e, se expande, posteriormente, se amplie para a Várzea. Segundo os autores, “até meados deste século a região do Valongo ainda era de difícil acesso e coberto por lodaçais, havia apenas um rústico caminho que permite em 1760 receber melhorias passando a ser denominado como a Rua do Valongo (atual Camerino)” (p. 9).

A exploração do ouro somada à intensificação das ocupações coloniais e à transformação da cidade em capital, leva ao aterramento de brejos e correção das orlas marítimas, com a inserção de novos atracadouros. O tecido urbano se expandia para as regiões da Gamboa, Saúde, Saco do Alferes e São Diogo. No processo de ocupação do território brasileiro, segundo Sigaud e Pinho (2000) obedeceu ao traçado das cidades portuguesas com a finalidade de criar uma estrutura de cidade capaz de atender às necessidades da metrópole. Nos três séculos iniciais, a cidade se organiza entre quatro morros: do Castelo, de Santo Antônio, de São Bento e da Conceição.

As infraestruturas presentes no território, no ano de 1770, revelam aparatos estatais de controle socioterritorial. Na planta da cidade, é possível observar a presença do palácio e da casa da moeda (símbolo do poder econômico e político), uma estrutura de mobilidade urbana (por meio do trem), uma estrutura de segurança com a localização dos quartéis, arsenal, estaleiro que se constituem como aparato para defesa, pois

havia medo de uma invasão francesa (SIGAUD; PINHO, 2000). A presença de um sistema judiciário por meio da cadeia e da casa de relações. Também não se pode desconsiderar a importância da religião, com o Convento do Carmo e as Igrejas da Candelária, de São José e de Santa Rita. As autoras também assinalam, que passado os temores da invasão francesa, a expansão da mobilidade (trens urbanos e bondes) dita o ritmo de expansão da cidade para a região oceânica.

Negros e mestiços compunham, segundo Oliveira e Chevitaresh (2011), a massa da população residente na região que hoje compreende a Pequena África, se adensavam aos imigrantes que ocupavam as habitações coletivas e os cortiços. Estes eram os principais alvos das políticas higienistas aplicadas à região que originalmente abrigava um complexo formado pelo lazareto, armazém de engorda e cemitério para aqueles escravos que pereceram antes da comercialização.

Ao mesmo tempo, havia impedimentos para a especialização dos forros os quais não tinham acesso às atividades médias (ou burguesas), como era o caso das carreiras militares e trabalho em setores econômicos e administrativos específicos. A consequência era a inexistência de mobilidade social para esses grupos sendo relegados às atividades subalternas que lhe conferiam pouco ou nenhum poder e/ou distinção.

Na relação com os brancos, são estabelecidos marcadores de conduta que se convertem em “símbolos, subjetivos e materiais palpáveis” (idem, p. 81). Esses processos de classificação impactam no planejamento urbano do território, contribuindo para um planejamento desigual e racista. Os guetos, segundo Yiftachel (2006), emergem da marginalização de segmentos específicos, mesmo com viés mascarado de um governo majoritariamente “democrático”. Assim, os processos de branqueamento dos territórios sob intervenção do Estado fazem uso da etnicidade presentes nas teorias de planejamento e baseados na “diferença” e “multiculturalismo” como discurso.

Quanto à ocupação dos espaços exteriores, as mulheres negras, segundo Moura (1993), sobreviviam da venda de doces e iguarias, com sua produção sobre as cabeças caminhavam pelas ruas das cidades e seus quitutes eram encomendados por conventos e, também, enviados ao exterior. O autor defende ainda, que coube à mulher a transferência e manutenção dos laços de transcendência e culto africano para os filhos de uma prole que tinha diferentes pais, em razão da precariedade das ligações.

Havia entre os homens negros maior ocorrência de adoecimentos psicológicos em razão da falta de sincronia entre sua condição de cativo e a liberdade recém-adquirida. Há, segundo Moura (1993), um enfraquecimento do homem em razão do abandono do filho e da perda da liderança na condução da vida religiosa. A manutenção da família, é resultado do trabalho das mulheres vinculadas à aristocracia que lhes confere uma “cidadania de segunda classe” (p. 34), emerge um matriarcalismo que se desenha pelos bairros da cidade do Rio de Janeiro (o mesmo movimento era visível em Salvador) onde o destino e a continuidade dos grupos dependem a mulher.

As narrativas e discursos construídos em torno das pessoas e do lugar, sua relação com o conjunto da sociedade é permeada por simbolismo que permitem distinção quanto ao ser e estar no poder. Cardoso (2011) relata que há uma caracterização do território que condensa a ancestralidade africana em Diáspora Carioca, esse lugar do Rio de Janeiro, que foi a capital. Na relação com os brancos, são estabelecidos marcadores de conduta que se convertem em “símbolos, subjetivos e materiais palpáveis” (idem, p. 81).

Da percepção de civilizada/civilidade/civilização incorporada pelo europeu no convívio, Hall (1996) assinala que os “menos civilizados” seriam aqueles povos, que ocupariam uma zona inferior no campo cultural. As narrativas populares, para o autor, criam “na imaginação de uma sociedade, o lugar, as identidades, a experiência e as histórias dos diferentes povos que vivem nela, nos tornamos instantaneamente conscientes da complexidade da natureza do próprio racismo” (p. 42). E desses elementos emergem os tensionamentos presentes no espaço urbano inclusive nos esforços sanitaristas e higienistas aplicados às populações da Pequena África.

Os processos de territorialidade e pertencimento dos negros, no Brasil, na compreensão de Campos (2009), estão vinculados à modernização do país e à construção das relações simbólicas e sociais que rapidamente se deterioraram e levaram a desterritorialização destes grupos, provocando demandas por novos elementos de identificação. Constituiu-se um território simbólico discursivo, criado a partir de elementos do local oriundo da comunidade negra e filosofias ancestrais. O território como espaço-lugar é, para Sodré (1998), a síntese de forças entre crenças, tradições, elementos culturais e sociais onde as potências dos sujeitos são (re) territorializadas. Neste sentido, Santos (2018) relata que o reposicionamento da comunidade negra nos territórios, a partir de conflitos geográficos que favorecem esse movimento tem relação direta com a construção e a forma como se estruturam as hierarquias sociais, pensando as relações raciais sob o conceito da colonialidade do poder.

Marginalização e invisibilidade são expressões dos tensionamentos sociais e da busca por uma sociedade o mais próxima possível do ideal eurocêntrico. Se observa no território performatização dos indivíduos que devem se compatibilizar com os padrões brancos. Ocorre um conjunto de ações públicas que expressam um esforço em estabelecer uma sociedade mais compatível. Esse movimento, para Roncolato (2018) instala uma lógica de progresso cuja centralidade estava na população branca, que via o negro como sinônimo de atraso e do passado.

O século XIX é berço das teorias científicas de branqueamento, e estudos raciais com a intenção de promover uma aproximação entre raças inferiores dos povos civilizados. Bem recorda Lotierzo (2013), ao questionar se o povo de Cam poderia tornar-se branco, a autora retoma a Tabuada das misturas, de Gayoso. Nela, a branquitude somente seria determinada pela figura do varão branco, a quem caberia o embranquecimento da raça, quanto mais as mulheres negras e pardas se “misturassem” com homens brancos, mais clara a população seria.

<b>Tabuada das misturas para ficar branco</b>	<b>Tabuada das misturas para ficar negro</b>
1 branco com 1 negra produz mulato, metade branco, metade preto.	1 negro com 1 branca produz mulato, metade preto, metade branco
1 branco com 1 mulata produz quartão, $\frac{3}{4}$ branco e $\frac{1}{4}$ negro	1 negro com 1 mulata produz quartão, $\frac{3}{4}$ negro, $\frac{1}{4}$ branco
1 branco com 1 quartona produz outão, $\frac{7}{8}$ branco, $\frac{1}{8}$ negro	1 negro com 1 quartona produz outão, $\frac{7}{8}$ negro, $\frac{1}{8}$ branco
1 branco com 1 outona produz branco, inteiramente branco	1 negro com 1 outona produz negro, inteiramente negro

A partir da aplicação dessa lógica de embranquecimento, cabe ao homem branco a função de embranquecer a população, com isso, haveria uma certa “licença” para relacionamentos inter-raciais entre os homens brancos com as mulheres negras. No caso de relacionamentos entre mulheres brancas e homens negros, o mesmo não ocorre porque haveria um escurecimento. O que evidencia uma racionalidade marcada por vieses (racismos) que não se sustentam, expressando o esforço em estabelecer um ideal eurocêntrico e patriarcal. Neste sentido, a própria ciência é um paradigma de produção de colonialismo sobre os corpos e a moralidade da sociedade colonial.

### Considerações Finais

Ao longo do trabalho foi possível evidenciar como a sociologia figuracional descrita por Norbert Elias incorporou a raça como um mecanismo de distinção e como ela permeia a sociabilidade dos indivíduos na sociedade colonial. As infraestruturas no território da Pequena África adquiriram especial importância em razão do território ser o local de chegada da mercadoria negra ao território brasileiro. Também, porque passam a compor a paisagem local, não de forma integrada ao tecido social, mas de modo a suprir as demandas de trabalho (um trabalho super explorado). Por meio de termos como incivilizado/selvagem, fato é que a condição social do negro o aproximava mais do status de animal do que de pessoa. Ou pode ser comparado com uma cadeira, uma vez que é, tão somente, uma das propriedades de seu senhor. Não há, nesse período, vinculação do indivíduo negro ao sistema de garantias e proteções que configurariam os parâmetros para cidadania. Este grupo se encontra marginalmente posicionado, sendo acionado segundo os interesses dos seus senhores desde o lugar do serviço, um trabalho super explorado, marcado por rodadas intensas de despossessão, sem qualquer traço de culpa, dado que não é reconhecido como um igual.

Em seu processo de sociabilidade produziam-se práticas e simbólicos construídos em torno da imagem do negro e sua cultura. Não se trata somente de marcadores de diferenças, mas marcadores de desigualdades que se perpetuaram como a submissão dos corpos negros a violência intensa. A dimensão da mobilidade social de negros é outro fator de relevância. A educação da sociedade colonial não era uma preocupação para Portugal. Ao contrário, a falta de educação tornava o território mais obediente e servil o que reiterou a sua dependência. No caso dos negros, foram criados óbices importantes e que inviabilizaram a sua ascensão ou ocupação de funções mais nobres, o que acirra a sua pobreza e vulnerabilidade. A autoimagem do negro, também foi sabotada. O “belo”, o “bom”, o “justo”, o “puro” nunca foram associados à sua condição.

Por outro lado, a performance desde o imaginário colonial europeu, no Brasil não se limitou à dominação cultural pela via da escravidão, mas se transformou em uma estrutura social amparada ideológica, política e econômica, no sentido dos usos (e abusos) sobre os corpos negros. Com o passar do tempo, as classes burguesas brasileiras, adotaram o racismo como meio cultural eurocêntrico moderno colonial a ser reproduzido pelas próximas gerações, até contemporâneo. De recreações a mecanismos de intensificação da espoliação a simbolismos e chacotas quanto ao modo de ser e viver da população negra reiteram-se os ciclos de violência e despersonalização da população negra. Soma-se à isto, a violência pública e os termos chulos aplicados aos corpos negros. O tecido social brasileiro foi construído a partir de lógicas de diferenciação o que compromete, inclusive, a ideia de classe, pois recorre permanentemente a adereços/performances/figuração e simulação de núcleos de pertencimento. Com isso, foi possível comprometer a interpretação que os indivíduos tinham de si, de sua função social e do lugar ocupado nesta sociedade.

Há, neste trabalho, um diálogo interdisciplinar com autores e a retomada de narrativas que mesmo separadas pela dinâmica espaço-tempo de sua produção e da própria história da cidade e das ciências sociais, se complementam no contexto deste trabalho e na busca por compreender como se constrói a negação do Outro (afrodescendente) no território brasileiro, em uma metrópole (neste caso, o Rio de Janeiro). O exercício imagético sobre a região da Pequena África e a construção de relações inter étnicas permite pensar como os marcadores sociais de distinção e uma pseudo civilidade são incorporadas no cotidiano dos territórios periféricos. Ao mesmo tempo, representa o significado dessa negação pelo modelo eurocêntrico e patriarcal. É preciso dar continuidade às reflexões, pois este trabalho não esgota e nem pretendeu, em nenhum momento, esgotar, como são construídas as relações das populações periféricas com a produção social do espaço. Inclusive Debret pode contribuir, no seu Tomo III, com aportes sobre o sistema judiciário e o papel da Igreja. Essa via repressiva estatal e o controle dos mecanismos de transcendência aportam à reflexão sobre como a dinâmica africana foi capturada desde as leis e normas e desde o uso de seus espaços. Não se pode desconsiderar, os estudos sobre os territórios negros, como resistência e a penetrabilidade de suas práticas e costumes sobre os territórios brancos como é o caso do samba e do uso de ervas. Acredita-se que, com isso, será possível tanto produzir conhecimento para o campo do planejamento urbano quanto produzir conhecimento crítico para a sociedade acerca de si mesma e, então, contribuir para o seu fortalecimento.

### Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARDOSO, Lourenço. O branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude. *Revista de Estudos e Pesquisa em Educação*. Juiz de Fora, v. 13, n. 1, jan./jun, p. 71-93, 2008.

CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre colonialismo*. Portugal: Livraria Sá Costa, 1978.

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e histórica ao Brasil*. 2ª. ed., Tomos 1 e 2, São Paulo: Livraria Martins, 1940.

ELIAS, Norbert; Dunning, Eric. *A busca da excitação*. Lisboa: Memória e Sociedade, 1992.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

ELIAS, Norbert. *Mozart. Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.

FANON, Fanon. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONÇALVES, Sergio Campos. Processo civilizador e colonização em Norbert Elias. *OPSIS*, Catalão, v. 13, n.1, p. 200-221, jan./jun, 2013.

GONZALES, Lélia; HASENBALG, Alfredo. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro. Marco Zero, 1982.

HALL, Stuart. Raça, cultura e comunicações: olhando para trás e para frente dos estudos culturais. STOREY, J. (ed.) *What is cultural studies?* London: Arnold, p. 336-342, 1996.

KNAUSS, Paulo. *Imagens urbanas e poder simbólico nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói*. Tese (doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia: Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 1998.

LANDER, Edgardo. Colonialidad, modernidade, postmodernidad. *Anuário Mariateguiano*, v. IX, n. 9, Lima: Amauta, 1997.

LAO-MONTES, Agustin. *Metrópolis Negras de Benin a Rio de Janeiro y de Harlem a La Habana: modernidades afroamericanas y cosmopolitismos subalternos*. La Habana: Cuba, 2019.

LOTIERZO, Tatiana Helena Pinto. *Contornos do (in)visível. A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira no último oitocentos*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 2013.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Notas sobre o conceito de geocultura. *Texto para discussão nº 396*, Campinas: IE/Unicamp, 2020.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, 2017.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural: divisão de Editorações, 1995.

OLIVEIRA, Nanci Vieira de; CHEVITARESE, André Leonardo. *Diagnóstico do potencial arqueológico para as obras de engenharia do Porto Maravilha*. Rio de Janeiro: CDURP, 2011.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIOS, Eduardo; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. Desigualdades raciais nas condições habitacionais na população urbana. SANTOS, Renato Emerson dos (Org.) *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

RONCOLATO, Murilo. A tela "A redenção de Cam" e a tese do branqueamento no Brasil. *Nexo Jornal*, 14 de junho de 2018.

SANTOS, Renato Emerson dos. Uma leitura sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. OLIVEIRA, Fabrício Leal de; LIMA JUNIOR, Pedro Novais de. (Org.) *Território e planejamento: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

SIGAUD, Marcia Frota; PINHO, Cláudia Maria Madureira de. *Morro da Conceição: da memória o futuro*. Rio de Janeiro: Sextante: Prefeitura municipal do Rio de Janeiro, 2000.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1988.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TELLES, Edward. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.

WACQUANT, Loïc. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Rio de Janeiro: REVAN: FASE, 2001.